



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- E M E R J -
PROVA DE SELEÇÃO - CP I - 1º SEMESTRE/2011

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PARA A CARREIRA DA
MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

7 DE NOVEMBRO DE 2010

I - TEORIA GERAL DO ESTADO E DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Em recente decisão plenária do Supremo Tribunal Federal, cinco ministros entenderam que determinada lei era constitucional, enquanto outros cinco a consideraram inconstitucional.

Em face do princípio da reserva de plenário, a referida lei deve ser aplicada pelos demais magistrados ou está suspensa a sua vigência até eventual desempate da votação no Excelso Pretório? **(máximo de 20 linhas)**

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Comente os termos da Súmula 139 do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro: “ A regra do art. 100 da Constituição Federal (precatório) não se aplica às empresas públicas e às sociedades de economia mista”. **(máximo de 20 linhas)**

II - DIREITO CIVIL

1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Caio ajuizou ação de revisão contratual cumulada com repetição de indébito, em face da Construtora Y, ao argumento de ter celebrado contrato de promessa de compra e venda de apartamento com a ré. Sustenta que a ré, mesmo antes da entrega do imóvel, vem cobrando do autor, além da correção monetária, juros remuneratórios de 1% (um por cento) ao mês. Pede a revisão do contrato, com a finalidade de impedir a cobrança dos juros pactuados, ao argumento de sua ilegalidade.

A Construtora Y confirma a cobrança dos juros remuneratórios antes da entrega do imóvel, sustentando sua legalidade.

Responda: Tem procedência o direito postulado por Caio? **(máximo de 20 linhas)**

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Alberto ajuizou ação de indenização em face da Companhia Municipal de Trens, ao argumento de que fora vítima de pedrada quando viajava no interior da composição férrea e que a pedra fora atirada de dentro da rede de trilhos, área pertencente à própria empresa ré. Sustenta a ocorrência de lesões materiais e morais.

Em defesa, a Companhia Municipal de Trens não nega a ocorrência do fato, contudo, argumenta que a pedra foi atirada de fora da composição e também de fora da área de sua propriedade.

Finda a instrução processual, não restou comprovado de onde partiu a pedra e nem quem a atirou.

Responda: Tem procedência o direito postulado por Alberto? **(máximo de 20 linhas)**

III - DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Estabeleça, pelo menos, três diferenças entre a impugnação ao cumprimento da sentença e os embargos à execução. **(máximo de 20 linhas)**

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Patrícia promove demanda com o objetivo de obter a revogação da doação de um bem avaliado em R\$ 500.000,00, valor este que, por sinal, foi atribuído à causa. A petição inicial foi distribuída perante um dos juízos integrantes da Justiça Estadual do Rio de Janeiro, observando o procedimento ordinário. Só que, ao analisar a petição inicial, o magistrado determina que a autora promova a sua emenda, de modo a adequá-la ao procedimento correto.

Indaga-se: foi correta a postura do magistrado? **(máximo de 20 linhas)**

3ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Caio, por vislumbrar vício na sentença arbitral, em virtude de a mesma ter sido proferida fora dos limites da convenção de arbitragem, propõe demanda perante o Poder Judiciário com o objetivo de anulá-la.

Indaga-se: qual o prazo para a propositura desta ação? Existe algum outro meio processual que Caio pode se valer para ser reconhecido o alegado vício? **(máximo de 20 linhas)**

IV - DIREITO EMPRESARIAL

1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Sociedade limitada, constituída em 2009 e, no mesmo ano, enquadrada como Empresa de Pequeno Porte (EPP), não realiza deliberações sociais para decidir as matérias arroladas no art. 1.071 do Código Civil, decidindo pela sociedade as sócias Ana e Annette, que juntas possuem 55% do capital social. A sócia Astrid, que titulariza 45% do capital, consulta sua advogada para saber sobre a legalidade de tais decisões, feitas sem a realização de reunião de sócios, especialmente aquelas em que se altera o contrato social, tendo em vista o quorum exigido pelo art. 1.076, I, do Código Civil.

Responda à consulta com amparo legal. **(máximo de 20 linhas)**

2ª QUESTÃO (10 PONTOS)

A companhia fechada Amadora Almada Comércio de Tintas S/A apresentou a seus credores quirografários e a dois credores com garantia real uma proposta de pagamento de suas dívidas, sendo essa assinada por todos eles. Tal acordo extrajudicial não foi homologado em juízo. Cinco meses depois, a mesma companhia requer em juízo a homologação da nova proposta celebrada com outros credores, também aprovada por todos eles.

Um dos credores sujeitos à primeira proposta impugnou a homologação alegando infração ao art. 161, § 3º da Lei nº 11.101/2005. Segundo o impugnante, o devedor já estaria em recuperação extrajudicial quando a primeira proposta foi assinada e não poderia, cinco meses depois, apresentar pedido de homologação de outro plano de recuperação. Ademais, as duas propostas são, de fato, um plano de recuperação extrajudicial, o que é incontroverso.

Pergunta-se: **(máximo de 20 linhas)**

a) Pode o credor suscitar impugnação à homologação do plano, considerando-se a limitação legal quanto à matéria das impugnações? Amparo legal.

b) No mérito, deve ser acatada a impugnação e não homologado o plano? Justifique.

V - DIREITO PENAL

1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Comente, frente ao nosso Direito Penal, a seguinte expressão popular: “--- Achado não é roubado, quem perdeu foi relaxado”. **(máximo de 20 linhas)**

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Existem causas supralegais de exclusão da tipicidade? Esclareça e dê exemplos. **(máximo de 20 linhas)**

3ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Comente a seguinte notícia de jornal e esclareça quanto à aplicabilidade dos arts. 181 e 182 do CP:

“Foi preso no dia 12 de abril de 2010 Albineto Olivares, 26 anos, filho de criação do ancião Adamastor Bonfim, de 82 anos de idade. Albineto tinha se utilizado de uma procuração que coagira seu padraсто a assinar, tendo com a mesma sacado da conta-corrente do ancião, existente no Banco do Brasil, a quantia de R\$ 100.000,00. O idoso fora internado em uma Clínica Geriátrica, contra a sua vontade, por Albineto, que dele deveria cuidar, o que veio a ser descoberto por um outro parente, que denunciou o ocorrido à autoridade policial.”

(máximo de 20 linhas)

VI - DIREITO PROCESSUAL PENAL

1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Na audiência de instrução e julgamento, quando o juiz se pôs a inquirir inicial e diretamente as testemunhas arroladas pelo Ministério Público, a defesa formulou protesto, em razão das reformas operadas no Código de Processo Penal para distanciá-lo do sistema inquisitivo.

O juiz, todavia, entendeu que, como presidente do processo, nada o impedia de inquirir as testemunhas antes das partes, tendo em vista, inclusive, o princípio da verdade real. Por isso, não acolheu o protesto defensivo, que foi registrado na ata.

Em alegações finais, o Ministério Público pleiteou a condenação do réu e o seu advogado, ao formular as suas, suscitou preliminar de nulidade da audiência de instrução e julgamento, argumentando ter havido violação ao princípio do devido processo legal com o evidente prejuízo à defesa. No mérito, requereu a absolvição do réu.

O juiz, reiterando o fundamento que expusera anteriormente, não acolheu a preliminar de nulidade e condenou o réu. No prazo legal, o réu apelou e pleiteou a declaração de nulidade da audiência de instrução e julgamento, argumentado novamente ter havido ofensa ao princípio do devido processo legal.

Explique se o apelo deve ser ou não provido e fundamente sua resposta. **(máximo de 20 linhas)**

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Elesbão, turista japonês, foi vítima de uma tentativa roubo com emprego de faca . Ele mesmo, por ser mestre em artes marciais, dominou o agressor e o conduziu à delegacia, onde foi formalizado o auto de prisão em flagrante com duas testemunhas de apresentação, diante da falta de testemunhas presenciais do fato. A arma foi apreendida.

Oferecida a denúncia, o processo prosseguiu e, na audiência de instrução e julgamento, foram ouvidas as testemunhas de apresentação do preso à autoridade. Não foi possível ouvir o ofendido, porque retornara a seu país.

O Ministério Público, em alegações finais, pediu a condenação do réu e seu defensor, a absolvição. O juiz condenou o réu, ao fundamento de que, embora não houvesse testemunha do crime e apesar de o ofendido não ter sido ouvido em juízo, a prova colhida na polícia autorizava a condenação, tendo em vista que o próprio ofendido prendeu o réu e o conduziu à presença da autoridade policial, que apreendeu a faca.

Nas circunstâncias, diga de forma fundamentada se a decisão é compatível com os princípios que regem o Direito Processual Penal. **(máximo de 20 linhas)**

3ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

O Ministério Público requereu o arquivamento dos autos do inquérito policial, argumentando que a prova colhida na investigação penal indicava que Aldebaram, o indiciado, não fora o autor do crime. O juiz deferiu o pedido ministerial, reconhecendo a impossibilidade de o indiciado vir a ocupar o polo passivo da relação processual. Tempos depois e ainda não configurada a prescrição, surgiu prova nova no sentido de que o autor do crime seria Aldebaram.

Diga se, nos termos da Súmula 524 do Supremo Tribunal Federal, é juridicamente possível, mediante desarquivamento daquele inquérito policial, que o Ministério Público ofereça denúncia contra Aldebaram. Fundamente. **(máximo de 20 linhas)**

VII - DIREITO DO CONSUMIDOR

- QUESTÃO ÚNICA (10 PONTOS)

Após oito meses desempregado, Adriano, mecânico, resolve montar uma pequena oficina nos fundos do quintal de sua residência situada no município de São Gonçalo – RJ. Iniciou os trabalhos consertando e fazendo manutenção de alguns veículos da vizinhança. Seu trabalho era desenvolvido de forma precária em razão da carência de ferramentas, porém com honestidade e muito zelo, o que transmitiu certa confiança aos seus clientes iniciais. Percebendo que talvez tivesse encontrado um meio adequado de garantir o sustento de sua esposa e seus quatro filhos, Adriano foi até uma loja de ferramentas e comprou financiadas, em vinte e quatro parcelas, algumas ferramentas essenciais para o bom desenvolvimento de seu trabalho, inclusive um macaco hidráulico.

Ocorre que após sete dias de uso, o macaco hidráulico apresentou um defeito que o impediu de ser utilizado, levando Adriano a procurar em vão o comerciante e o fabricante do produto. Não havendo outra opção, Adriano ajuizou uma ação argumentando vício do produto com base nos preceitos do Código de Defesa do Consumidor.

Ocorre que em contestação, tanto o comerciante quanto o fabricante argumentaram que Adriano não era consumidor, já que o macaco hidráulico foi adquirido para ser utilizado em sua atividade profissional.

Assiste razão à defesa? Explique. **(máximo de 20 linhas)**

VIII – LÍNGUA PORTUGUESA

Leia com atenção o texto a seguir, que servirá de base para as questões 1, 2 e 3.

As modificações implementadas no Poder Judiciário com a Emenda Constitucional nº45, 2004 (EC nº. 45/2004) buscam o aperfeiçoamento da máquina judiciária para dar ao jurisdicionado uma resposta rápida quanto ao seu pedido, agilidade essa que é anseio antigo de toda a sociedade brasileira. Embora louvável a intenção do legislador, faz-se necessária a reflexão. Será que a rapidez na prestação jurisdicional poderá trazer consigo prejuízos a determinada parte da relação processual, quando o conhecimento da pretensão de uma demanda requeira do juiz certos cuidados que, pela sua natureza, possa levar um tempo considerável?

O Direito de Família por ser ramo do Direito que é mais intimamente ligado à própria vida, por envolver uma gama de sentimentos variados, talvez seja o mais preocupante quando vem à tona uma política de “sentença rápida”. Nos processos que envolvem questões familiares há todo um histórico familiar que, para o juiz poder decidir de forma justa, é preciso que o conheça.

(...)

Em decorrência da necessária constitucionalização do direito de família, fez-se indispensável a ampliação do conceito de organização familiar para paradigmas mais democráticos e menos herméticos, condizentes com a nova realidade socioeconômica, as concepções e os valores provenientes da constante mutação da sociedade brasileira.

Com o intuito de atender a essa nova perspectiva, o afeto e a consideração recíprocos adquiridos com a convivência ostensiva passam a integrar o conceito contemporâneo de núcleo familiar. “A família instaura-se prioritariamente como um núcleo de apoio e solidariedade. Percebe-se, em consequência, no Direito de Família, um reconhecimento cada vez mais amplo dos efeitos jurídicos do afeto”.¹

Inserse-se, por conseguinte, no conceito de família, “núcleo básico, essencial e estruturante do sujeito”², a percepção do núcleo familiar constituído como corpo social para além do vínculo sanguíneo. Surgem, assim, os vários modelos de organização familiar.

Dados os arranjos familiares do século XXI, a fim de se respeitar o corolário da dignidade da pessoa humana e tendo em vista os preceitos de igualdade, liberdade, cidadania e democracia, surgiram paradigmas de organização familiar dos tipos mosaico, eudemonista, anaparental, monoparental, homoparental e, ainda, aquele tipo constituído por meio do emprego de técnicas artificiais. Disso extrai-se que “merecerá tutela jurídica e especial proteção do Estado a entidade familiar que efetivamente promova a dignidade e a realização da personalidade de seus membros.”³

Fenômeno mundial, o organograma do tipo mosaico é aquele advindo da constituição de nova família em que um dos cônjuges ou ambos possuem filhos provenientes de outra relação. Nesse tipo, há um vínculo parental por afeto, um parentesco por afinidade, posto que não haja consanguinidade. Tem-se, novamente, o afeto como célula mater da família que, juntamente com a solidariedade, com a cooperação, igualdade entre seus membros, com respeito mútuo, com espírito de preservação do núcleo familiar e com a autonomia dos indivíduos que a integram, traduz elementos basilares da formação da família deste milênio. Nesse sentido, preleciona Pereira que “a afetividade é o novo – e um dos mais relevantes – imperativos axiológicos do Direito de Família”.⁴

¹ MATOS, Ana Carla Harmatiuk. *União entre pessoas do mesmo sexo: aspectos jurídicos e sociais*, p. 27.

² PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Estatuto das Famílias*. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/?boletim&artigo=195>. Acesso em 25 fev. 2008, às 18h.

³ TEPEDINO, Gustavo. *Temas de Direito Civil*, p. 139.

⁴ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Princípios fundamentais e norteadores para a organização jurídica da família*, p. 134.

(...)

(VERSIANI, ABREU, SOUZA e TEIXEIRA. *A síndrome da alienação parental na reforma do Judiciário*. In: <http://www.alienacaoparental.com.br/textos-sobre-sap>)

1ª. QUESTÃO (20 PONTOS)

Com base nas ideias do trecho acima, discuta, num texto dissertativo-argumentativo, **em torno de 30 linhas**, a seguinte questão:

Até que ponto a celeridade de um processo implica a efetiva segurança da tutela jurisdicional?

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Em decorrência da necessária constitucionalização do direito de família, fez-se indispensável a ampliação do conceito de organização familiar para paradigmas mais democráticos e menos herméticos, condizentes com a nova realidade socioeconômica, as concepções e os valores provenientes da constante mutação da sociedade brasileira.

Fazendo somente as adaptações necessárias, reescreva o trecho acima substituindo a ampliação por **as revisões** e paradigmas por **um paradigma**.

3ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Nesse tipo, há um vínculo parental por afeto, um parentesco por afinidade, posto que não haja consanguinidade.

A locução conjuntiva destacada no trecho acima só NÃO pode ser substituída por:

- (A) porquanto.
- (B) conquanto.
- (C) embora.
- (D) não obstante.
- (E) se bem que.

Obs.: Transcreva a alternativa correta no Caderno de Respostas.

BOA SORTE !!!